

ARROCHO SALARIAL!

7 anos sem reajuste e maior inflação dos últimos 26 anos abate aposentados e pensionistas de nossa categoria.



Servidores aposentados enfrentam dificuldades para pagar suas contas e ainda precisam chefiar suas famílias diante da atual crise econômica do país. As despesas aumentam e o poder de compra fica cada vez menor. Pág 4 e 5

APOSENTADOS

Decreto 10.620: o que muda na aposentadoria dos servidores públicos?

Decreto de Bolsonaro trocou a gerência das aposentadorias de nossa categoria e de outros servidores públicos, para o INSS. A troca está sendo feita aos poucos e ainda não iniciou para os trabalhadores da UFRGS, UFCSPA e IFRS. Nosso jurídico explica os impactos da mudança.

Página 3

EDUCAÇÃO

PEC 206 determina cobrança de mensalidade em universidades Federais

Em novo golpe contra a educação pública, governo Bolsonaro e aliados no congresso, tentam aprovar uma mudança na constituição que prevê a cobrança de mensalidade para alunos "ricos". Porém, mais de 70% dos estudantes têm renda per capita familiar de um salário mínimo.

Página 7

ATO EM DEFESA DA EDUCAÇÃO

O dia 9 de junho reuniu estudantes do IFRS, UFCSPA e UFRGS, em frente à Faced, para a concentração do Ato Nacional em Defesa da Educação. *Página 8*



INFORME COORDENAÇÃO

Colônia de Garopaba ficará temporariamente fechada para reparos na estrutura da caixa d'água

Todos os anos depois que termina a alta temporada na nossa Colônia de Férias, nos debruçamos nas críticas, sugestões e o que temos para melhorar e consertar. Fizemos uma varredura em todos os espaços existentes para começarmos a preparar a próxima alta temporada com tudo em ordem. Neste exame minucioso das estruturas, constatamos uma infiltração na caixa d'água que alimenta os aptos 1 ao 8, galpão e hidrantes. Imediatamente acionamos um profissional para verificar se ali podia existir um perigo de acidente. Infelizmente, o laudo nos mostrou que a segurança da caixa está comprometida.

Diante disso e, sempre observando a segurança e integridade dos nossos filiados, fecharemos temporariamente nossa Colônia para que sejam feitos os reparos precisos para termos segurança máxima. A Coordenação da ASSUFRGS agradece a compreensão de todos os filiados.

INFORME JURÍDICO Cuidado com o golpe!

Golpistas estão enviando mensagens para clientes atendidos pelo escritório que presta Assessoria Jurídica para a Assufrgs. Tentando se passar por funcionários e informando dados de processos reais, os golpistas aplicam golpes financeiros. Se você receber qualquer comunicação sobre ações judiciais contate imediatamente o escritório ou o jurídico do sindicato. Não faça nenhum depósito ou repasse de valores antes de ter certeza da veracidade da informação. **Fale conosco:** juridico@assufrgs.org.br / Whatsapp: (51) 99315.7254 - Escritório Tarso Genro e Rogério Viola Coelho - contato@direitosfundamentais.adv.br whatsapp: (51) 8187-4058

Atendimento Jurídico presencial

Com o retorno das atividades presenciais na UFRGS, UFCS-PA e IFRS, nosso setor jurídico também retoma o atendimento presencial. Estamos atendendo a categoria presencialmente de segunda a sexta no Sede Centro (Avenida João Pessoa, 1392), das 09h às 15h, ou de segunda a quinta na Sub-sede da Assufrgs no Campus do Vale, também das 09h às 15h.

ESPAÇO MEMÓRIA



Memória é algo que permite revisitar-mos, através de diversas maneiras, as lutas, as conquistas, as mobilizações, as estratégias e a história. E é através dessas memórias e desses caminhos percorridos por diversos(as) trabalhadores(as) que existe, há 70 anos, a ASSUFRGS.

Para manter viva partes dessas memórias, o sindicato conta com o CEDEM - Centro de Documentação e Memória da Assufrgs, que tem como objetivo dialogar com os(as) técnico(as)-administrativos(as) em educação da UFRGS, UFCSPA, IFRS e demais pesquisadores(as) interessados(as) pela memória sindical. Vamos aproveitar este espaço para explorar e disponibilizar parte do acervo material (fotos, bandeiras, jornais, panfletos, camisetas, troféus) desses longos anos de luta que trazem recortes dessas memórias. Vamos relembrar juntos os caminhos trilhados até a atualidade.

Utilizaremos também este local para divulgar o trabalho que está em andamento no CEDEM, tanto na organização do material físico quanto da digitalização e sistematização dessa documentação em plataforma digital. Já foram digitalizados e ordenados todos os Boletins Informativos entre os anos de 1985 e 2002, e todos os Jornais da ASSUFRGS de 1987 a 2014. Essa digitalização tem como propósito facilitar o acesso e a pesquisa de quem busca informações sobre a luta sindical dos(as) técnicos(as)-administrativos(as), além de preservar a documentação que narra parte da história da ASSUFRGS. Todo material digitalizado até o momento, em breve vai estar disponível para consulta na plataforma digital que está em construção. Os documentos estão sendo organizados e preparados para catalogação na sala do CEDEM, que se encontra no segundo andar do sindicato, podendo em breve, ser visitado. **Nós fazemos a história, não há luta sem memória.**

Insalubridade/periculosidade não reconhecidos

Servidores que têm períodos de insalubridade/periculosidade ainda não reconhecidos, devem fazer o pedido junto à SUGESP para reconhecimento e averbação deste tempo, para futura aposentadoria mais vantajosa. Se está próximo de aposentar, não deixe essa verificação para a última hora. Em caso de dúvidas, fale com nosso jurídico!



EXPEDIENTE

COORDENAÇÃO GERAL: Gabriel De Freitas Focking, Tamyres Francis Carvalho Filgueira e Laís Magbel Camisolão

COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS: Jade Monteiro e Edison Luis de Souza

COORDENAÇÃO EDUCAÇÃO POLÍTICA E SINDICAL: Frederico Duarte Bartz e Sibila Binotto

COORDENAÇÃO SST: André Dias Mortari e Isis Duarte Fernandes

COORDENAÇÃO DE CULTURA: Gilson Santos e Rosane Procaska Pereira

COORDENAÇÃO JURÍDICA E RELAÇÕES DE TRABALHO: Maristela Piedade e Ricardo Souza

COORDENAÇÃO DE APOSENTADOS: Laís Magbel e Maria Luiza Ramos

COORDENAÇÃO DE COMUNICAÇÃO: Erick Vaz e Sabrina Clavé Eufrásio

EQUIPE DE COMUNICAÇÃO: Vitor Hugo Xavier, Jean Carlo Fraga, Manuelle Dias

Assufrgs Sindicato: Avenida João Pessoa, 1392 - Farroupilha - Porto Alegre/RS | CEP 90040-001 |
Fone: 51 32281054
email: imprensa@assufrgs.org.br / secretaria@assufrgs.org.br

APOSENTADORIA

Decreto 10.620: o que muda na aposentadoria dos servidores públicos?

No ano de 2021, Jair Bolsonaro assinou o Decreto nº 10.620, que unifica os processos de aposentadoria de pensões do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) da União no INSS.

De acordo com o Decreto, o INSS será o gestor do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) dos servidores públicos, tanto quanto dos trabalhadores do Regime Geral de Previdência Social (RGPS). Com isso, o órgão que já tem mais de 30 milhões de beneficiários, receberá mais 620 mil aposentados e pensionistas dos órgãos públicos, além de conceder as futuras aposentadorias.

Dessa forma, toda vez que o aposentado ou pensionista precisar resolver algum problema, deverá se dirigir ao órgão. Uma aposentadoria que era concedida em pouco tempo pela universidade, poderá demorar anos para sair. Além de tirar dos reitores a prerrogativa de conceder as aposentadorias.

O decreto também prevê o remanejamento de servidores da área de pessoal das autarquias e fundações para o INSS. No caso das universidades, os reitores nem terão que autorizar. Esse procedimento, e a retirada da concessão das aposentadorias pelos reitores, ferem a autonomia universitária.

A passagem das previdências para o INSS está sendo realizada por etapas, os primeiros servidores a serem transferidos para o órgão, foram os próprios servidores do INSS. Vale lembrar que este Decreto não se aplica aos poderes Legislativo, Judiciário e nem aos órgãos constitucionalmente autônomos, apenas autarquias e fundações, os que ganham menos.

Alcieres Cardoso, diretor do SindisprevRS, em conversa com a Assufrgs, afirmou que há uma falta crônica de servidores, tanto para o regime geral quanto para o próprio de previdência, sendo necessários mais trabalhadores. “Em 2015, nós éramos em torno de 38 mil servidores na casa do INSS, hoje em dia, estamos em torno de 18 mil servidores. Então, em questão de sete anos para cá, se aposentou ou saiu do cargo mais da metade do quadro de servidores. E é por isso que acabou gerando essa defasagem que temos, esse acúmulo de processos no INSS, são cerca de 13 milhões de processos parados. A situação do INSS só não se encontra pior porque a produtividade dos servidores aumentou bastante nos últimos anos por conta da implementação de sistema de metas e de uma exploração em cima do servidor que aumentou bastante.” Afirma Alcieres.

O diretor do SindisprevRS também conta que as condições de trabalho no INSS são precárias, computadores de 10 a 15 anos que não recebem nenhum suporte técnico e não conseguem mais abranger todas as informações necessárias do sistema da previdência. “Hoje, a ideia é de que a situação vai ficar precária no INSS. Se não for contratado servidores para fazer a centralização disso, nós teremos problemas sim com a questão do atendimento das aposentadorias e outras demandas dos serviços de previdência dos outros servidores.”

Mas mesmo diante deste cenário à beira do colapso, o setor do INSS acredita que pode ser possível realizar esta centralização das aposentadorias, desde que se atenda a demanda de contratar mais funcionários e que haja investimento na renovação do parque tecnológico do órgão para que ele possa suprir todas as demandas.

Foto: Rede Brasil Atual



A FASUBRA e outras entidades nacionais representativas de servidores federais entraram com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 6767, que aguarda julgamento pelo Supremo Tribunal Federal.

Elma Dutra, Coordenadora dos aposentados da Fasubra, afirma que “A partir da ida para o INSS, aposentados e pensionistas terão dificuldades para resolver qualquer problema em seus contracheques, ou em sua documentação. Se tiver reajuste salarial para o pessoal da ativa, poderá demorar para chegar nos aposentados, ou nem chegar, porque os sistemas das universidades e o do INSS são diferentes, e terão que reclamar na justiça. Tudo será através do telefone para agendamento 135, junto dos mais de 30 milhões de beneficiários que já reclamam dos atrasos pelo país a fora.”

Antes do decreto, se houvesse alguma modificação legal voltada à concessão de algum incremento salarial aos servidores em atividade, esta concessão era automaticamente estendida aos servidores aposentados, na mesma categoria, caso suas aposentadorias tivessem sido concedidas segundo regras previdenciárias que mantivessem o direito à paridade com os servidores em atividade. Ou seja, não era preciso requerer esses efeitos, pois eles eram automáticos.

O Dr. Luís Fernando Silva, da equipe do jurídico da FASUBRA, acredita que com a centralização da previdência no INSS, os aposentados precisarão solicitar a revisão desse incremento salarial quando houver. “O novo procedimento adotado quando um servidor público se queixar que não foi observada a paridade com os servidores em atividade, certamente o interessado terá que requerer a respectiva revisão e aguardar na “fila”, como milhões de outros brasileiros, para que o INSS conclua que ele possui o direito que alega ter.”

Na atual conjuntura social, alta do desemprego e elevação contínua da inflação, muitas famílias estão sendo sustentadas pelo salários dos aposentados. Esse decreto é um ataque direto aos trabalhadores aposentados, pois ele visa sobrecarregar o sistema de previdência, explorar os servidores que nele atuam e precarizar as condições de vida daqueles que já prestaram serviço durante todo seu tempo de vida.

A ASSUFRGS Sindicato, por meio de sua assessoria jurídica, encaminhou uma ação para suspender os efeitos deste decreto, assim como tramita no Senado um projeto de decreto legislativo que o revoga. Importante a mobilização de aposentados e ativos para barrar este retrocesso, nenhum direito a menos!!

ECONOMIA

Arrocho salarial dos aposentados e pensionistas de nossa categoria, resultado de 7 anos sem reajuste e maior inflação dos últimos 26 anos

Foto: shutterstock



O Dieese, recentemente, divulgou que o valor da cesta básica, nesses cinco meses do ano, subiu 12,57%. Nos últimos 12 meses o preço da cesta básica registrou um aumento de 20,69%, o que equivale a um aumento de 1,72% por mês. Foi a maior variação para um mês de abril desde 1996 (1,26%). Ou seja, em 26 anos, essa grave crise econômica possui nome específico, Jair Messias Bolsonaro, e ela afeta diretamente a vida de toda a classe trabalhadora.

Os alimentos, que já haviam subido no mês anterior, continuaram a subir em maio. Entre as principais altas, destaque para a batata (62,50%); o leite (31,05%); a farinha de trigo (26,38%); o pão (15,88); o tomate (9,42); a carne (6,62); a manteiga (6,05%); o arroz (5,85%); o feijão (5,27%); e o açúcar (0,27%). Já o gás de cozinha subiu 3,32% em abril e acumula alta de 32,34% em 12 meses. Quando se compara o custo da cesta e o salário mínimo líquido, ou seja, após o desconto de 7,5% referente à Previdência Social, verifica-se que o trabalhador remunerado pelo piso nacional comprometeu em média, em maio de 2022, 59,39% do rendimento para adquirir os produtos da cesta.

Em 2022, o salário mínimo teve um aumento de 10,18%, o que fica abaixo da inflação dos últimos 12 meses. O preço dos produtos aumentam, o salário permanece estagnado e trabalhadores e aposentados conseguem comprar cada vez menos alimento para sua casa.

A situação é ainda mais grave para os servidores públicos federais. Muitas categorias estão sem reajuste há mais de 7 anos. É o caso dos Técnico-administrativos em Educação

das Universidades e Institutos Federais. O último reajuste da categoria ocorreu em acordo de greve de 2015, com a última parcela sendo paga em 2017.

Elma Dutra, Coordenadora dos aposentados da FaSubra, conta que a situação dos aposentados é muito complicada, “Com a Pandemia as vidas deles ficaram ainda mais difíceis. A maior parte deles se viram obrigados a sustentar suas famílias, incluindo filhos, netos, bisnetos e agregados. Com salários defasados, sem reajuste há mais de seis anos, com a inflação galopante e menos poder de compra.

Outro vilão que os rouba são os famigerados empréstimos consignados que retiram 35% de seus vencimentos, sendo que em muitos casos chega a 40%. Isso em longos 96 meses, ou seja, em oito anos.” Ela ainda pontua que no país os índices de violência e abusos contra idosos aposentados cresceram no país. “O desemprego, o desalento, a falta de estrutura familiar contribuem para esse quadro assustador e colocam o Brasil entre os países que mais violentam e matam pessoas idosas por causa de suas aposentadorias, por causa de suas estruturas de sobrevivência”, afirma.



APOSENTADOS E PENSIONISTAS DA UFRGS ENFRENTAM DURA REALIDADE



Edison Luis, servidor aposentado UFRGS, Coordenador da ASSUFRGS.

Edison Luis de Souza, 58 anos, servidor da Suinfra, se aposentou recentemente neste ano e já vem enfrentando dificuldades. Edison conta que sua companheira, também aposentada, precisa seguir trabalhando para complementar a renda. Com sete anos sem reajuste, o aposentado lembra que antigamente, tinha carro e moto, e hoje, utiliza o mínimo possível o carro para se locomover. “Eu uso o carro para ir no mercado, e ir fazer hemodiálise, porque é aqui pertinho, gasto o mínimo de gasolina. E às vezes ainda me aperto, e tem muitas despesas com remédio”.

Edison, que atualmente atua como Coordenador de Administração e Finanças da ASSUFRGS, precisa pagar o seu plano de saúde e também custeia a Unimed da sua filha, do seu neto e da sua ex-mulher. Somente em planos de saúde, o aposentado desembolsa mais de dois mil reais. Luz, água, internet, gás de cozinha e mais outros gastos também ocupam a aposentadoria de Edison, e além de tudo, durante a pandemia, ele precisou realizar um empréstimo consignado no banco, como a maioria dos aposentados, e com isso, ele conta que nunca sobra nada do seu salário. Essa mesma situação se repete em diversas famílias de nossa categoria.

Desde dezembro de 2021, a categoria dos servidores públicos federais vem construindo uma campanha salarial que exige

o reajuste de 19,99% (o equivalente às perdas inflacionárias do período Bolsonaro), mas até o momento, ainda não houve uma resposta do governo. **Edison ressalta a importância da mobilização dos servidores ativos, mas também dos aposentados, visto que há paridade entre os servidores, portanto, a luta pelo reajuste perpassa pelos aposentados.** “A gente tem que se preocupar que a nossa categoria é uma das poucas que ainda estamos atrelados ao pessoal da ativa, a hora que nós perdermos isso aí, vamos estar fritos! Com toda certeza eu colaboro com o que precisar para chamar o pessoal para a luta!”

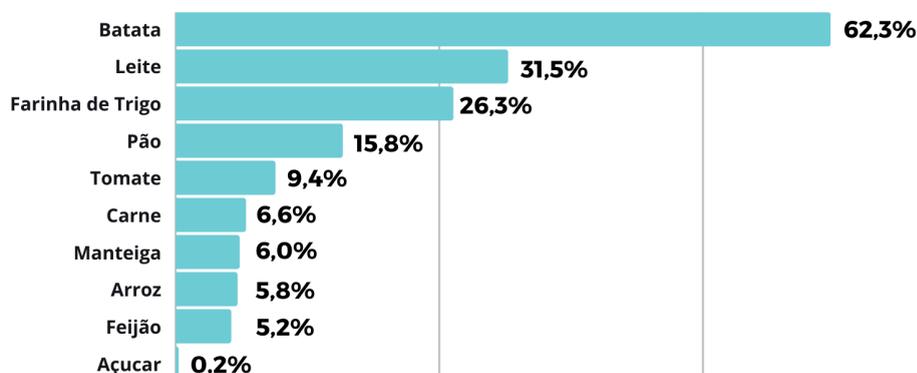
Paridade entre ativos e aposentados

O advogado trabalhista **Jefferson Alves**, também ressalta a importância dos aposentados e pensionistas de nossa categoria aderirem às mobilizações pelo reajuste salarial, pois esse é o único caminho, “A constituição estabelece que devem ser feitas revisões anuais dos salários dos servidores, dos aposentados entram nisso também, o problema qual é, o governo não faz as revisões periódicas. Então se ingressou com uma ação para que forçasse o governo a fazer a revisão, o que ocorreu é que isso foi até o STF e perdemos, porque quando a constituição fala em revisão, ela não cita sobre a reposição. Então o governo não está obrigado a dar aumentos. Portanto, do ponto de vista jurídico, essa decisão limitou a possibilidade de reposição pela via jurídica, o que sobra é a linha política, a mobilização da categoria.”



Jefferson Alves, advogado trabalhista da ASSUFRGS.

Alta dos alimentos somente em maio



EDUCAÇÃO

Corte atrás de corte! Bolsonaro bloqueia 1,5 bilhões do orçamento no MEC

Mais uma vez a educação pública é alvo das perversidades do governo Bolsonaro. UFRGS, UFCSPA e IFRS já totalizaram uma perda de 60 milhões no orçamento nos três primeiros anos de governo Bolsonaro, e os ataques à educação não param.



Neste mês de maio, o presidente estabeleceu um corte de R\$1,5 bilhões no orçamento de 2022 do MEC (Ministério da Educação). O valor representa 7,2% no orçamento discricionário de cada universidade, instituto ou entidade ligada ao MEC. Em levantamento divulgado pelo ANDIFES, somente na UFRGS o corte será equivalente a 13 milhões e na UFCSPA 2 milhões. Segundo informações passadas pelo IFRS, o Instituto terá um bloqueio de aproximadamente 2,3 milhões de reais.

Dados levantados pelo projeto Orçamento do Conhecimento, em parceria com a Frente Parlamentar Mista da Educação (FPME), divulgou que as instituições federais de ensino no Brasil devem atingir em 2022 perdas acumuladas de R\$100 bilhões desde 2014. O levantamento soma os cortes de verbas repassadas pelos ministérios da Educação e Ciência, Tecnologia e Inovações.

Diante destes dados, a ASSUFRGS Sindicato entrou em contato com as três instituições de sua base, UFRGS, IFRS e UFCSPA, solicitando um levantamento de dados orçamentários.

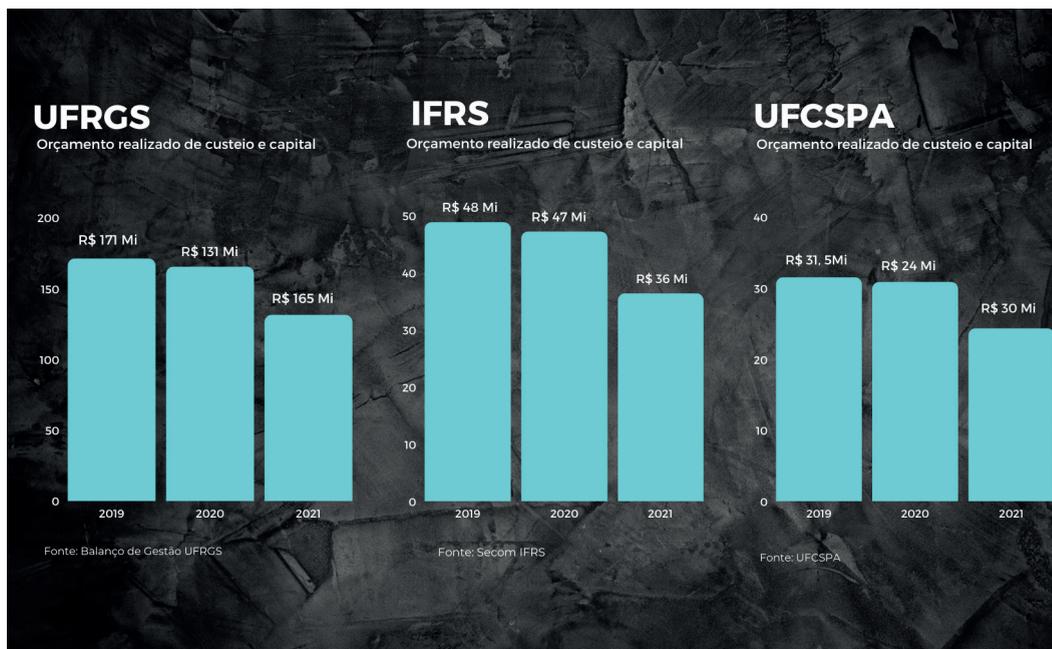
O levantamento realizado pela nossa reportagem se deparou com um número

assustador, principalmente se analisarmos os anos do atual governo federal: as três instituições perderam R\$60 milhões em orçamento, entre 2019 a 2021, analisando valores apenas de custeio e capital. Confira abaixo os dados de cada instituição:

UFRGS

No que tange aos recursos orçamentários para custeio, a Universidade obteve uma dotação na LOA/2019 (lei Orçamentária) que inicialmente ficou no mesmo nível do

ano anterior e inferior a 2017. No Balanço Patrimonial, enfatiza-se a evolução negativa em 2019, com relação a 2018. Ao analisá-las, observa-se a redução em 68% na capacidade de investimento em 2019, com relação à 2018. A partir do exercício de 2016, aumentaram as restrições orçamentárias, principalmente com a aprovação da Emenda Constitucional 95, a qual estabelecia um limite, por 20 anos, para o crescimento anual dos gastos da União. Com a aprovação desta Emenda, as despesas discricionárias de OCC (Outros Custeio e



Capital) têm sido afetadas diretamente.

Em 2021, com a pandemia, a paralisia econômica acarretou em menos recursos públicos, embora houvesse conhecimento prévio do problema, a dimensão foi muito maior do que se imaginava. 2021 teve um corte de 20,7% em relação ao orçamento de 2020, em valores nominais de R\$ 34 milhões. **De 2019 a 2021, as perdas orçamentárias impostas pelo governo Bolsonaro à UFRGS totalizam um montante de R\$ 39.886.472 milhões.**

IFRS

O Instituto Federal do Rio Grande do Sul, em 2019, recebeu no valor de custeio e capital um total de 48,85 milhões de reais, mas em 2020, houve um corte de 3% do orçamento total, ficando em 47,23 milhões.

É interessante analisar que, enquanto o orçamento da instituição foi reduzido, o número de alunos matriculados subiu, indo de 21.859 para 23.082, nesses respectivos anos. Ou seja, a demanda aumentou e o dinheiro diminuiu. De 2020 para 2021, o corte do IFRS foi mais drástico ainda. Uma redução de 22%, totalizando 10,85 milhões de reais perdidos. **Somando as perdas entre 2019 e 2021, o IFRS sofreu uma diminuição em seu orçamento de 12,47 milhões de reais.**

UFCSPA

Em 2019 a universidade teve um orçamento de custeio realizado em R\$ 28,85 milhões. Isso caiu em 2020, quando foram realizados R\$ 25,59 milhões. Uma redução de 11,3% do orçamento. Em 2021, o orçamento realizado foi de R\$ 20,59 milhões, um corte 19,5% em relação ao ano anterior. Diante desses dados, se percebe que a UFCSPA sofreu uma perda de R\$ 7,19 milhões em orçamento, se analisados os valores do orçamento realizados entre 2019 e 2021.

Que o atual governo trabalha em prol de um projeto de desmonte da educação todos já sabem, e isso se comprovou a partir da PEC206 que estipula cobrança de mensalidade para estudantes de universidades públicas. Primeiro reduz a verba, precariza o ensino, na sequência, quer passar o custeio das instituições para os próprios estudantes com o objetivo de privatizar a educação pública. É necessário que todos se mantenham atentos às movimentações políticas do atual e de futuros governos, a educação pública precisa ser defendida e priorizada.

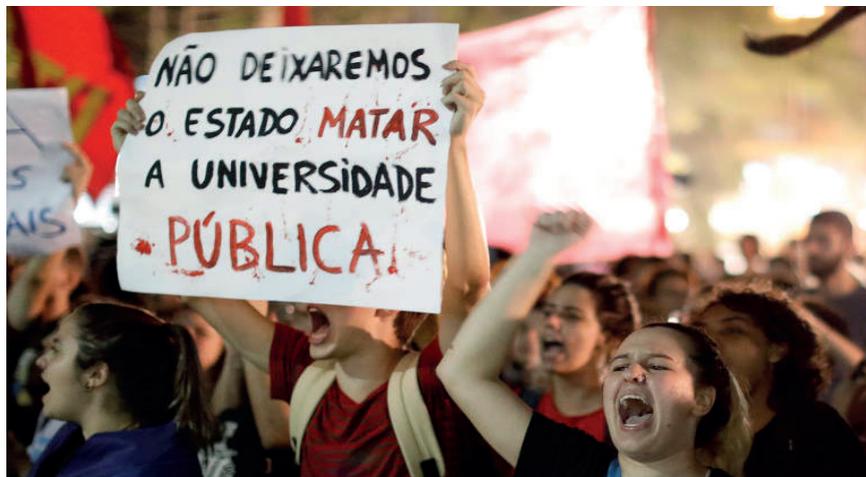
Universidades federais do país têm déficit de pelo menos 11 mil professores e técnicos

Em nota técnica enviada no fim de maio à Economia pelo Ministério da Educação (MEC), saiu um dado que revela que as universidades federais têm um déficit de pelo menos 11 mil professores e servidores técnico-administrativos. Sem aval do governo para preencher os cargos vagos, as instituições buscam soluções, como a suspensão das aulas, convocação de professores voluntários e deslocamento de docentes de um campus a outro.

Nos últimos tempos, as Instituições Federais de Ensino têm sofrido fortes cortes no orçamento, o que impacta diretamente na manutenção dos serviços nas universidades. Esse déficit é mais sentido para estudantes que já estão avançados nos cursos, que demandam de aulas práticas e não conseguem executá-las pela falta de técnicos.

NOVO GOLPE DE BOLSONARO

VITÓRIA! PEC206 que determina a cobrança de mensalidades em universidades federais foi tirada de pauta!



No final de maio deste ano, a PEC 206, de 2019, que visa instituir a cobrança de mensalidade nas universidades públicas voltou à pauta de votação da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados.

Proposta pelo General Peternelli (União Brasil-SP), a PEC argumenta que a cobrança de mensalidade reduziria a desigualdade, e afirma que a cobrança da taxa será para os estudantes que podem pagar e que haverá benefícios para a própria universidade.

Entretanto, é preciso se atentar a projetos como esse, pois embora eles se escondam atrás da cartilha de “tornar o espaço universitário mais igualitário socialmente” essa é a primeira tática para iniciar o processo de privatização total do ensino público. Primeiramente afirmam cobrar apenas dos alunos que possuem melhores condições financeiras e na sequência expandem a regra a todos os universitários, tornando a universidade um espaço de elite como fora a anos atrás.

Cobrar mensalidade em universidades federais é um ataque à educação e à população em geral!

VITÓRIA! PEC206 foi tirada de pauta!

No dia 31 de julho, a luta em defesa da educação pública resultou em **vitória!** A PEC206 que estipulava a cobrança de mensalidades nas universidades públicas foi retirada pelo presidente da CCJ (Comissão de Constituição e Justiça). Após acordo entre partidos da base do governo e da oposição, PEC 206/19, não retornará à pauta da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados.

Uma importante vitória para toda a comunidade acadêmica, mas a luta não se encerra por aqui, pois o projeto de sucateamento da educação segue sendo organizado pelo governo Bolsonaro, e precisamos manter a mobilização unificada para defender o ensino público!

EM DEFESA DA EDUCAÇÃO PÚBLICA E GRATUITA! FORA BOLSONARO!

REALIDADE UNIVERSITÁRIA

Mais de 70% dos estudantes das universidades federais têm renda familiar de até um salário mínimo

A maioria dos estudantes das universidades federais do Brasil não conseguem ter uma renda mensal que chegue a um salário mínimo. É o que mostra a 5ª Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos Graduandos das Instituições Federais de Ensino Superior, divulgada nesta semana.

Segundo o levantamento, 70,2% dos universitários tem renda mensal familiar per capita de até um salário mínimo, sendo a renda média de R\$ 640. Os estudantes com renda superior a 5 salários mínimos per capita são apenas 4,6%. Ainda de acordo com a pesquisa, 64,7% estudou o ensino médio integralmente, ou na maior parte do tempo, em escolas públicas.

A entrada de estudantes nas universidades por meio das cotas (renda; preto, parto e indígena; e pessoa com deficiência) cresceu desde a implementação da política, em 2005. De 2016 a 2018, o índice segue entre 48% e 49%.

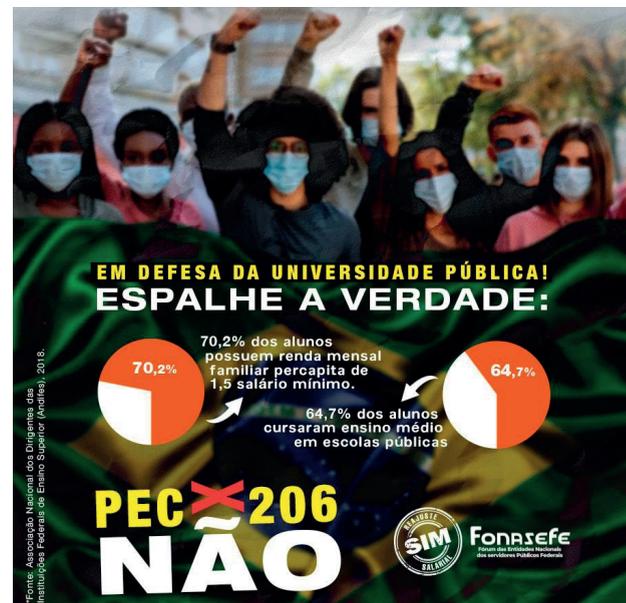
O percentual de negros aumentou, alcançando a maioria absoluta do universo pesquisado: 51,2%. O levantamento mostra ainda que há um crescimento contínuo no ingresso de mulheres no ensino superior das universidades federais. Em 2018, o índice de mulheres matriculadas era de 54,6%.

A pesquisa é realizada desde 1996 pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Estudantis (Fonaprace), vinculado à Associação Nacional de Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes). Os dados foram coletados em 63 universidades e 2 Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefet), nos estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro, de fevereiro a junho de 2018, num total de 424.128 questionários validados, o que corresponde a 35,34% dos 1,2 milhão de estudantes.

Luta contra a PEC 206 continua!

Devido à rápida ação dos trabalhadores e estudantes, em articulação com os deputados federais que defendem a educação pública, a votação da PEC 206 na CCJ da Câmara não ocorreu neste semana. FASUBRA esteve presente pessoalmente na sessão junto com outras entidades, para pressionar contra o andamento da pauta. A comissão acatou um requerimento para a realização de audiência pública, apresentado pela deputada Maria do Rosário (PT-RS). Com isso, nossa luta ganha fôlego. A Universidade Pública tem que ser para TODOS! Não à elitização e privatização do ensino público superior!

Com informações do DCM e FASUBRA Sindical



9 de junho: estudantes e trabalhadores se unem contra os cortes na educação e ocupam as ruas de Porto Alegre



No Rio Grande do Sul, o Dia Nacional em Defesa da Educação, iniciou com mobilizações em diferentes campi do IFRS. Pela manhã foi registrada concentração em frente ao Campus Osório e passeata pelas ruas da cidade. Nas faixas, estudantes expressaram suas indignações em relação aos cortes de verbas e pediam por uma educação pública e de qualidade em frente à sinaleira: “Pelos liberdades democráticas em defesa do serviço público.” e “Tira a mão da federal” foram algumas das reivindicações escritas.

Ao final do ato, no Centro Histórico, todos os presentes caminharam em direção à Faculdade de Educação da UFRGS (FACED), onde iniciou a concentração do Ato em Defesa da Educação, que reuniu um número ainda maior de estudantes e servidores. A concentração do Ato Nacional em Defesa da Educação iniciou às 17h. Estudantes e trabalhadores expressavam palavras de ordem como “Unificou, é o estudante junto com o trabalhador!”

A manifestação iniciou a caminhada saindo pela R. Sarmiento Leite, passando pela Av. Loureiro da Silva, até a Av. Borges de Medeiros, dobrando na R. das Andradas e encerrando em frente ao Instituto de Artes da UFRGS.